



Protocolo: 543503

Data: 14/01/2019

Título: PORTARIA SMTR11 DE
JANEIRO DE 2019

Página(s): 36 a 37

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE
PORTARIA SMTR Nº 01 DE 11 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre os procedimentos administrativos relativos ao controle das gratuidades nos transportes públicos municipais, por intermédio do método de identificação biométrica, nos termos da Resolução SMTR nº 3014, de 28 de agosto de 2018 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

CONSIDERANDO a Lei Municipal 5.211 de 01 de julho de 2010 que institui o Bilhete Único no Município do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO o inciso I, do Art. 3º do Decreto nº 44.728 de 12 de julho de 2018, que permite o exercício das gratuidades contempladas na legislação, de modo a impedir mecanismos de burla;

CONSIDERANDO que a fiscalização dos serviços de que trata o Decreto nº 44.728, de 12 de julho de 2018, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Transportes;

CONSIDERANDO a necessidade de se exercer o efetivo controle no uso dos benefícios tarifários de forma a coibir o uso indevido ou fraudulento do cartão de bilhetagem eletrônica e, assim, promover a prática de uma justa política de benefícios no âmbito do Transporte Público de Passageiros, nos termos da Resolução SMTR nº 3014 de 28 de agosto de 2018; e

CONSIDERANDO que o combate às fraudes é uma obrigação dos concessionários do Transporte Público de Passageiros.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos administrativos relativos ao controle das gratuidades nos transportes públicos municipais, por intermédio do método de identificação biométrica, nos termos da Resolução SMTR nº 3014, de 28 de agosto de 2018.

Art. 2º Consoante o disposto pela legislação vigente, especialmente em relação ao Art. 401, da Lei Orgânica Municipal do Rio de Janeiro, pela Lei Municipal nº 5.211, de 01 de julho de 2010, que institui o Bilhete Único Municipal, pelo Decreto Rio nº 44.728, de 12 de julho de 2018, além da Resolução SMTR nº 3014, de 28 de agosto de 2018, as gratuidades concedidas aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, aos estudantes universitários, aos alunos uniformizados da rede pública de ensino fundamental e médio, e as pessoas com deficiências, doenças crônicas, que necessitam de tratamento continuado, e ao respectivo acompanhante, quando este se fizer necessário, serão exercidas nos Sistemas de Transporte Público, por intermédio da apresentação de cartão eletrônico, da mesma forma que o usuário pagante, excetuadas as pessoas com deficiência, com reconhecida dificuldade de locomoção ou os que se utilizem de cadeiras de rodas, que terão prioridade e garantia de embarque seguro.

Art. 3º A utilização dos cartões eletrônicos "RIOCARD GRATUIDADE" das modalidades Idoso, Estudante, Passe Livre Universitário, Portador de Necessidades Especiais - PNE, e outras modalidades que gratuidade que possam ser integradas ao sistema, será objeto de monitoramento por intermédio de Sistema de Identificação Biométrica Facial, instalado no interior dos ônibus que operam no Serviço Público de Transporte de Passageiros por Ônibus - SPPO/RJ.

Art. 4º O sistema coletará e armazenará fotografias do passageiro que utilizar o cartão "RIOCARD GRATUIDADE" elencadas no *caput* do artigo, no momento do registro da viagem no validador por intermédio de processamento *Back Office*, sendo posteriormente encaminhada para a base de dados da gestora das gratuidades do município, a partir da transmissão de informações coletadas no equipamento embarcado nos ônibus.

Art. 5º A partir do recebimento das informações referentes às transações eletrônicas registradas nos validadores instalados nos coletivos do SPPO/RJ, a gestora da emissão de gratuidades do município do Rio de Janeiro será responsável pela primeira avaliação acerca de possível utilização indevida do cartão eletrônico, a fim de evidenciar potencial fraude no gozo do benefício concedido pela lei.

Art. 6º A partir da análise das informações registradas pelo sistema de controle biométrico, a gestora da emissão de gratuidades do município deverá comparar a fotografia (imagem) do usuário do cartão gratuidade capturada pelo validador no momento da sua utilização com a fotografia do titular do benefício da gratuidade municipal existente na base de dados do sistema de controle de gratuidades do município, cadastrada no Sistema de Bilhetagem Eletrônica, a fim de evidenciar ou desqualificar a utilização indevida do cartão eletrônico.

Art. 7º No caso de verificação de indevida utilização do cartão eletrônico RIOCARD GRATUIDADE, não haverá qualquer medida restritiva imediata que impossibilite a utilização do cartão pelo usuário, devendo o sistema de controle biométrico de gratuidades encaminhar uma informação eletrônica para os validadores instalados nos ônibus do SPPO/RJ, constando na tela do equipamento uma mensagem para que o titular do benefício se dirija a qualquer dos pontos de atendimento presencial da RIOCARD.

§ 1º A informação encaminhada aos validadores dos ônibus será disponibilizada para o usuário na primeira utilização do cartão após a transmissão dos dados arquiados pelos validadores à gestora das gratuidades do município, que poderá ocorrer a partir do dia posterior ao da transação originária.

§ 2º A partir da ciência da comunicação da ocorrência ao usuário do cartão eletrônico, que será consolidada na próxima transmissão de dados coletados pelo validador à gestora das gratuidades do município, ocorrerá a primeira suspensão do cartão RIOCARD GRATUIDADE, que poderá suceder a partir do dia posterior à ciência do usuário, quando da utilização do cartão nos ônibus do SPPO/RJ.

Parágrafo único. A gestora das gratuidades do município poderá definir a seu critério, o(s) local(is) destinado(s) ao atendimento presencial dos usuários, que deverão ser devidamente orientados através dos canais de comunicação postos à disposição dos usuários, a fim de obter informações sobre o procedimento.

Art. 8º Ao comparecer ao posto de atendimento presencial da gestora da gratuidade municipal, o titular do benefício ou seu representante legal será informado sobre a possível constatação do uso indevido do Bilhete Único Municipal, onde a reativação do cartão eletrônico estará condicionada à assinatura de um documento de notificação sobre o ocorrido, além de um termo de compromisso de utilização do cartão eletrônico, nos termos da legislação vigente, no caso de constatação da utilização indevida.

§ 1º A gestora das gratuidades do município deverá encaminhar à Coordenadoria de Gestão e Monitoramento, da Subsecretaria de Transportes - TR/SUBT/CGM, relatório diário via mensagem eletrônica (email), conteúdo descritivo de cartões suspensos, com informações cadastrais relativas ao beneficiário da gratuidade, assim como consolidação da quantidade de cartões suspensos.

§ 2º A Coordenadoria de Gestão e Monitoramento, da Subsecretaria de Transportes - TR/SUBT/CGM, deverá encaminhar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, relatório descritivo de cartões suspensos, com informações cadastrais relativas ao beneficiário da gratuidade, assim como consolidação da quantidade de cartões suspensos, à Secretaria Municipal de Educação, para os casos de estudantes da rede pública de ensino e para a Subsecretaria da Pessoa com Deficiência - SUBPD, além do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF-RIO, para os casos de portadores de deficiência física.

§ 3º Caso não seja materializada o potencial uso indevido do cartão eletrônico, a gestora das gratuidades do município deverá proceder a imediata reativação do cartão, estando o usuário e/ou seu representante legal desobrigados de assinar qualquer termo de compromisso, não sendo computado, inclusive, o incidente para fins de reincidência.

Parágrafo único. Após a adoção do procedimento descrito no *caput* do presente artigo, a gestora dos cartões de gratuidade do município terá prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o desbloqueio dos cartões RIOCARD GRATUIDADE.

Art. 9º Na ocorrência de nova utilização indevida do cartão RIOCARD GRATUIDADE, configurando-se, nesse caso, aparente conduta reincidente, observado o procedimento de análise descrito no artigo 5º, a gestora dos cartões eletrônicos poderá efetuar sumariamente a suspensão preventiva dos respectivos cartões, de modo a instaurar procedimento administrativo no âmbito da Secretaria Municipal de Transportes - SMTR para apuração dos fatos, a fim de avaliar a conduta do beneficiário da gratuidade municipal.

Art. 10 A partir do bloqueio preventivo do cartão RIOCARD GRATUIDADE, a gestora das gratuidades do município terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para encaminhar à Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, via ofício, os registros das respectivas suspensões realizadas para instauração de processo administrativo, de maneira individualizada por registro, de modo a instruir 1 (um) processo administrativo por ocorrência.

§ 1º O(s) ofício(s) de que trata o *caput* deverá trazer consigo, indícios capazes de demonstrar a reincidência do uso indevido do cartão eletrônico, além das informações cadastrais do titular do benefício, e, especificamente, o instrumento de notificação e termo de compromisso de utilização do cartão eletrônico, nos termos da legislação vigente, assinados pelo titular do benefício da gratuidade, descritos no artigo 8º.

Art. 11 A Secretaria Municipal de Transportes terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do ofício encaminhado pela gestora das gratuidades do município, para instaurar e concluir procedimento sumário (processo) destinado a determinar a suposta ilegalidade na utilização do cartão eletrônico, dando ciência à Secretaria Municipal

Art. 12 Após a instrução processual de que trata o artigo 11, caso reste consignada a reincidência da utilização indevida do benefício da gratuidade municipal, será aplicada a sanção administrativa de bloqueio do cartão RIOCARD GRATUIDADE, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação em Diário Oficial da decisão sobre o processo, devendo o titular do benefício aguardar o término do respectivo prazo para reativação do cartão eletrônico, mediante assinatura de nova notificação e termo de compromisso de utilização do cartão eletrônico.

Art. 13 Para o caso de uma nova transgressão, após a materialidade da reincidência descrita nos artigos 11 e 12 da presente Portaria, após a instauração de novo processo administrativo nos termos e condições elencadas anteriormente, caso seja comprovada a contumácia da conduta ilícita do beneficiário da gratuidade municipal, este terá seu cartão RIOCARD

GRATUIDADE cancelado pela gestora de cartões de gratuidade do município, após a publicação em Diário Oficial da decisão sobre o processo.

Parágrafo único. Efetivado o cancelamento do cartão eletrônico, conforme exposto no *caput* deste artigo, o titular do benefício da gratuidade municipal deverá aguardar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar a publicação em Diário Oficial da resolução do processo, para requerer segunda via de cartão de gratuidade, mediante o recolhimento das custas decorrentes do pedido.

Art. 14 Em cada aplicação de medida/sanção administrativa, o titular do benefício ou seu representante legal será sempre orientado sobre o correto uso do benefício de gratuidade.

Art. 15 Em todos os procedimentos administrativos descritos na presente Portaria, será assegurado ao titular do benefício da gratuidade ou de seu representante legal, a interposição de Recurso Administrativo que deverá ser trazido aos autos quando do seu comparecimento à Secretaria Municipal de Transportes, após a respectiva convocação pelas vias oficiais.

Art. 16 A análise dos respectivos recursos e eventual cancelamento dos cartões eletrônicos de gratuidade serão avaliados pela Subsecretaria de Transportes, que deverá considerar toda documentação apresentada pela gestora dos cartões de gratuidade do município e as razões apresentadas pelo titular do benefício no momento de sua defesa.

Art. 17 Para os devidos fins, é considerado uso indevido do benefício legal de gratuidade:

I - A utilização do cartão eletrônico, em qualquer das modalidades de gratuidade relacionadas no artigo 3º, por terceira pessoa que não o titular do benefício;

II - A utilização do cartão eletrônico fornecido aos acompanhantes de pessoas portadoras de necessidades especiais, sem a presença do titular do benefício;

III - A tentativa de não mostrar o rosto ou de obstruir a lente da(s) câmera(s) no interior dos veículos.

Art. 18 O controle de identificação por biometria não será aplicado às pessoas com deficiência física (ou associação de duas ou mais deficiências), cujo o ingresso não possa ser realizado pela porta de embarque dos veículos, às pessoas com reconhecida dificuldade de locomoção ou os que se utilizem de cadeiras de rodas, que terão prioridade e garantia de embarque seguro pelos dispositivos de acessibilidade instalados nos ônibus.

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde - SMS, através das Unidades de Saúde de Atenção Primária - Aps ou órgãos por elas credenciados, a Subsecretaria da Pessoa com Deficiência - SUBPD, além do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF-RIO, poderão apresentar à gestora das gratuidades do município, laudo médico/clínico para outros casos não previstos no *caput* do artigo, que serão dispensados do controle de identificação por biometria, que deverá ser observado pela gestora de gratuidades do município.

Art. 19 A Secretaria Municipal de Transportes terá acesso a todas as imagens coletadas pelo sistema de identificação e controle de gratuidade biométrico facial e aos dados cadastrais dos beneficiários de todas as modalidades de gratuidades do Município do Rio de Janeiro.

Art. 20 Para os devidos fins, os cartões eletrônicos de gratuidade que eventualmente foram suspensos/bloqueados com base no sistema de controle biométrico, com base na aplicação da Resolução SMTR 3014, de 28 de agosto de 2018, e, conseqüentemente, anterior à vigência da presente Portaria, deverão ser reativados pela gestora das gratuidades do município no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da sua publicação.

Art. 21 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.